



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v11i2.43080>

A educação moral de Durkheim e a reforma do Ensino Médio brasileiro: o individualismo em disputa

The moral education of Durkheim and the reform of Brazilian High School: individualism in dispute

La educación moral de Durkheim y la reforma de la Escuela Secundaria brasileña: el individualismo en disputa

Felipe de Souza Blanco

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

O presente artigo, a partir do arcabouço teórico durkheimiano, discute como as transformações educacionais recentes, implementadas pela reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), impactam no papel da escola e orienta a formação dos alunos para um individualismo coerente com os princípios da racionalidade neoliberal. Nesse sentido, o trabalho divide-se em três partes. A primeira, foca em apresentar a reforma do Ensino Médio e sua articulação com a governamentalidade neoliberal e a formação do indivíduo para o “novo” espírito do capitalismo. A segunda, como a educação e a escola são discutidas na sociologia durkheimiana, a partir das obras Educação e Sociologia, A educação moral e A evolução pedagógica. Por fim, na terceira etapa, busca-se relacionar a educação republicana defendida por Durkheim e a sua crítica à noção de individualismo “sórdido” de cunho utilitarista, o qual podemos ver suas nuances na reforma que está em curso no Ensino Médio brasileiro.

Palavras-chave: reforma do Ensino Médio; Émile Durkheim; individualismo; racionalidade neoliberal.



Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, Vitória. ISSN: 2316-1620

Abstract This article, based on the Durkheimian theoretical framework, discusses how recent educational transformations, implemented by the High School reform (Law nº 13,415/2017), impact the role of the school and guides the training of students towards individualism consistent with the principles of neoliberal rationality. In this sense, the work is divided into three parts. The first focuses on presenting the reform of High School and its articulation with neoliberal governmentality and the formation of the individual for the “new” spirit of capitalism. The second, how education and school are discussed in Durkheim's sociology, from the works Education and Sociology, Moral Education and Pedagogical Evolution. Finally, in the third stage, we seek to relate the republican education defended by Durkheim and his criticism of the notion of “sordid” individualism of a utilitarian nature, which we can see its nuances in the reform that is underway in Brazilian High School.

Keywords: High School reform; Émile Durkheim; individualism; neoliberal rationality.

Resumen Este artículo, basado en el marco teórico durkheimiano, analiza cómo las recientes transformaciones educativas, implementadas por la reforma de la Escuela Secundaria (Ley nº 13.415/2017), impactan el papel de la escuela y orienta la formación de los estudiantes hacia un individualismo coherente con los principios de la racionalidad neoliberal. En este sentido, el trabajo se divide en tres partes. El primero se centra en presentar la reforma de la Educación Secundaria y su articulación con la gubernamentalidad neoliberal y la formación del individuo para el “nuevo” espíritu del capitalismo. El segundo, cómo se discute la educación y la escuela en la sociología durkheimiana, a partir de las obras Educación y Sociología, Educación Moral y Evolución Pedagógica. Finalmente, en la tercera etapa, buscamos relacionar la educación republicana defendida por Durkheim y su crítica a la noción de individualismo “sórdido” de carácter utilitario, cuyos matices podemos ver en la reforma que está en marcha en la Escuela Secundaria brasileña.

Palabras clave: reforma de la Educación Secundaria; Émile Durkheim; individualismo; racionalidad neoliberal.

*Recebido em 30-11-2023
Modificado em 29-03-2023
Aceito para publicação em 05-06-2024*

Introdução

Émile Durkheim, considerado um dos pais fundadores da Sociologia, teve como um dos seus principais campos de pesquisa e de produção científica a educação. Apesar do intelectual francês enumerar as principais divisões da Sociologia para a revista *Année Sociologique* e apresentá-las como: geral, religiosa, moral e jurídica, econômica, linguística e estética (Durkheim, 1970 apud Oliveira, 2010); é possível identificarmos, com base em suas obras (Durkheim, 1995; 2008; 2014), o subcampo da “Sociologia da Educação”.

Nesse sentido, o presente trabalho busca utilizar o arcabouço teórico durkheimiano para discutir sobre as transformações educacionais recentes de caráter neoliberal implementadas através da reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). O intuito de explorar a atualidade de um dos clássicos da sociologia surge porque algumas questões levantadas por Durkheim sobre a educação continuam extremamente relevantes para refletirmos as nuances da política educacional em execução nas escolas brasileiras.

Em relação aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo calcada na revisão bibliográfica e análise documental da Lei nº 13.415/2017. A partir disso, buscou-se responder a seguinte questão: há em curso no Brasil uma implementação de um ideal de homem neoliberal que estabelece o “polo da educação”, ou seja, a “alma” do sistema educacional? A hipótese levantada é que estamos vivendo um novo desdobramento da “evolução pedagógica” (Durkheim, 1995) que esteja embasada nos princípios da racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2016).

Para Durkheim, é impossível desassociar a educação da moralidade social, pois a escola precisa suscitar no estudante “um certo número de estados físicos e mentais que a sociedade à qual [ele] pertence exige de todos os seus membros” (Durkheim, 2014:53), ou seja, a escola é um órgão que transmite as normas e valores de uma determinada sociedade para a formação do indivíduo. A moral para o sociólogo francês possui um forte vínculo originário com o universo religioso, mas com o avanço da sociedade moderna calcada nos princípios do iluminismo, da razão e do conhecimento científico, esse vínculo irá se alterar (Durkheim, 2008). No entanto, não se trata de uma ruptura da moral com a religião, já que a ciência e a racionalidade também possuem sua origem nesse universo, porém, para se autonomizarem, é necessário que as bases da moral se alterem e se adequem às condições modernas (Vares, 2019). Nesse sentido, o sagrado se desloca para o homem, o indivíduo moderno torna-se o sagrado (Durkheim, 2016), há o estabelecimento do que Durkheim chama de “individualismo moral”, ele é a base moral das sociedades modernas complexas, pois reúne os valores do liberalismo como a igualdade universal e as liberdades individuais. Essa moralidade só poderia ser constituída para o indivíduo na vida em sociedade (Vares, 2019).

Para discutir os princípios da sociologia durkheimiana e sua atualidade para a compreensão do pensamento educacional brasileiro optou-se por dividir o trabalho em três partes. A primeira, foca em apresentar a reforma do Ensino Médio e sua articulação com a governamentalidade neoliberal e a formação do indivíduo para o “novo” espírito do capitalismo. A segunda, aborda como a educação e a escola são discutidas na sociologia

durkheimiana, a partir das obras *Educação e Sociologia*, *A educação moral* e *A evolução pedagógica*. Por fim, na terceira etapa, busca-se relacionar a educação republicana defendida por Durkheim e a sua crítica à noção de individualismo “sórdido” de cunho utilitarista, o qual podemos ver suas nuances na reforma que está em curso no Ensino Médio brasileiro. A comparação entre a concepção de individualismo e o tipo ideal de homem nos modelos de educação nos permite compreender se estamos presenciando um novo desdobramento das ideias pedagógicas no Brasil e que tipo de socialização pretende-se formar por meio dessa escolarização.

A reforma do Ensino Médio brasileiro e a formação para governamentalidade neoliberal

No Brasil, em 2016, ocorreu o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e, com isso, Michel Temer assumiu o posto de presidente interino. No entanto, o que aparentemente seria apenas um governo provisório até a chegada das eleições de 2018, mostra-se na realidade um governo com uma forte guinada para o avanço do projeto neoliberal no país. As políticas públicas como a reforma trabalhista e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para a contenção dos gastos públicos, conhecida como PEC do teto de gastos, são alguns exemplos de reformulação dos direitos trabalhistas e cortes de investimento nas políticas sociais, aspectos que envolvem a redução do Estado social e a precarização do trabalho em benefício ao modo de produção do capitalismo flexível.

Na esteira da implementação dessas políticas neoliberais no governo Temer, temos a reforma do Ensino Médio, a qual, segundo Oliveira (2020), também está articulada aos mecanismos de reprodução do capital e de consolidação da hegemonia neoliberal. Dado isso, ao analisarmos esta reforma, é importante pensá-la em relação com as outras, como a trabalhista e a PEC do teto de gastos. Tal reforma educacional limitou-se a focar na modificação da estrutura curricular do Ensino Médio como solução para os múltiplos problemas presentes nas escolas públicas. No entanto, o desprezo pelas condições de funcionamento referentes à má qualidade da infraestrutura escolar e à precarização dos profissionais de educação não é por acaso, mas sim está de acordo com a PEC dos gastos e com uma forma de gerir o Estado seguindo a cartilha neoliberal de redução dos gastos públicos (Branco *et al.*, 2019).

Sem realizar um amplo debate com os educadores, os educandos e os demais atores da sociedade civil, em 23 de setembro de 2016, o Governo Federal implementou, em caráter de urgência, a Medida Provisória (MP) 746/2016, dando início à reforma do Ensino Médio. Essa foi uma das primeiras ações do governo Temer em posse do cargo de Presidência da República. Segundo Quadros e Krawczyk (2021), essa medida provisória possui diversos aspectos que a caracterizam como autoritária, pois além de não estabelecer um diálogo com a sociedade civil, ela apresenta um prazo constitucional de sessenta dias para ser apreciada pelo legislativo. Utilizou-se de um dispositivo que é para casos de urgência, numa forma de agilizar o estabelecimento de uma reforma em um momento de turbulência política, visando garantir os anseios da elite política e empresarial. Após o término de sua validade

em 2 de março de 2017, a MP foi transformada em norma jurídica por meio da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017).

A reforma do Ensino Médio estabelece em seu Art. 24 § 1º a ampliação da carga horária do ensino médio de 800 horas para 1400 horas, devendo os sistemas de ensino oferecerem no prazo máximo de cinco anos, mil horas anuais de carga horária. Essa ampliação da carga horária tem como objetivo aumentar o desempenho dos estudantes, entendendo que para isso devem ficar mais tempo na escola. Objetiva-se a partir disso melhorar as métricas a partir de sucesso escolar embasadas nas avaliações de larga escala como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Entretanto, como aponta Mello e Rodrigues (2022:10), essa ampliação da carga horária que deveria ter sido iniciada em março de 2017 não ocorreu. Só foi publicado um cronograma em julho de 2021 (Portaria nº 521/2021), com isso, a previsão de conclusão da implementação se estendeu para 2024.

Outro elemento importante estabelecido pela reforma é a flexibilização do currículo escolar. A partir dela, se cria cinco itinerários formativos: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional, todos eles de acordo com as competências e habilidades organizadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Junto com as disciplinas que compõem a formação geral básica, os estudantes podem escolher qual dos itinerários irá seguir ao longo de seu percurso escolar. As únicas disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio são Matemática e Português, as demais disciplinas perderam sua condição de obrigatoriedade nos três anos. Algumas como Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia há apenas obrigatoriedade no ensino médio de seus “estudos e práticas”, perdendo sua condição de disciplinas e correndo o risco de serem trabalhadas apenas interdisciplinarmente.

A justificativa mobilizada para a flexibilização do currículo do Ensino Médio é de que o estudante teria a autonomia de escolher aquilo que tem preferência por estudar, tornando-se mais participativo e interessado. A noção de “protagonismo juvenil”, apesar de não estar presente no documento da reforma, foi mobilizada em argumentos em defesa da implementação do novo Ensino Médio nas audiências conduzidas pela Comissão Mista Parlamentar quando ainda era medida provisória 746/2016 (Quadros & Krawcyk, 2021). A ideia de protagonismo juvenil foi incorporada no discurso dos reformadores como forma de dar liberdade ao aluno escolher um dos itinerários formativos, possibilitando-o tomar decisões a respeito de seu percurso escolar e de se responsabilizar por elas.

Contudo, essa ideia da “liberdade de escolha” do estudante em relação ao itinerário formativo demonstra-se falaciosa, já que de acordo com o Art. 36 da Lei 13.415/2017, o fornecimento dos respectivos itinerários formativos depende das condições de oferta de acordo com interesses sociais e econômicos de determinada região ou da disponibilidade de cada instituição escolar, ou seja, as escolas não têm obrigação de oferecer todos os cinco itinerários. Logo, é possível que o itinerário desejado pelo estudante não seja ofertado, fazendo com que ele tenha que se ater àqueles que estão disponíveis em sua realidade escolar.

Para investigarmos mais a fundo como a reforma do Ensino Médio se insere no processo de ataque do neoliberalismo ao ensino público, é necessário compreendermos as noções de governamentalidade e, especificamente, a governamentalidade neoliberal. A partir do curso ministrado no *Collège de France* em 1978–1979 por Michel Foucault, foi publicada a obra intitulada “Nascimento da Biopolítica” (2008) que, entre diversas questões, enfatizou como o neoliberalismo é uma nova forma de racionalidade política, a qual gerou implicações que vão além do processo de acumulação e fortalecimento do capital. Conforme Veiga-Neto (2007) destaca, Foucault diferencia os termos governo e governamento, o primeiro sendo associado a instituição de Estado, e o segundo se referindo às ações e atos de governar de forma microscópica, como por exemplo a capacidade de se autogovernar. Esta última, Foucault a define com o conceito de governamentalidade, um processo de regulação de condutas, de como o sujeito organiza as condições para exercer sua liberdade de escolha e intervenção no mundo.

Antes de entrarmos nas reflexões sobre o capitalismo contemporâneo e a formação do processo de racionalização específico da neoliberalização, precisamos nos atermos a alguns aspectos teóricos que Weber (2004) mobilizou para entender a sociedade ocidental e o que permitiu a ascensão do sistema capitalista, isto é, o seu “espírito”. Weber, na busca por compreender os elementos que norteiam a ação social do indivíduo, verificou que a razão assume um papel de centralidade na condução dos estudos sobre o capitalismo. A razão se torna a base da sua teoria da personalidade individual, pois na busca de compreender a sociedade moderna, o autor observou um avanço no processo de racionalização nas instituições modernas. Além disso, Weber quis entender o porquê dessa organização racionalista ser algo peculiar ao Ocidente e de que forma ela engendraria as condições ideias para o desenvolvimento do capitalismo moderno.

A partir da segunda metade do século XX, o avanço das atividades industriais, comerciais e de empreendimento acirram o desenvolvimento das forças produtivas, verticalizando ainda mais a divisão social e técnica do trabalho. Para Weber (2004), tal processo ocorre porque as instituições capitalistas seguem como “norma de conduta a contabilidade de capitais e administração racional no atendimento às necessidades cotidianas da humanidade” (Vitti, 2020:50). Weber aponta que essa contabilidade racional é o que ele denomina como racionalismo ocidental, algo que possibilita a formação do capitalismo moderno. Esse racionalismo ocidental ocorre a partir de uma ética racional, a qual foi estruturada pelo protestantismo, formando o “espírito do capitalismo” que é moldado a partir de um conjunto de ideais religiosos promovidos pelo protestantismo ascético intramundano no século XVI, principalmente o da corrente calvinista, o qual condiciona os indivíduos a uma conduta racional em relação à religião e ao mundo. Nesse sentido, a ética protestante fornece um conjunto de normas que guia os indivíduos, segundo as quais a valorização do trabalho e a busca pelo aumento de posses tornam-se deveres morais.

Neste trabalho, comprehende-se o neoliberalismo como um processo que ao longo do século XX e XXI não se restringiu aos preceitos teóricos elaborados pelos membros do Colóquio Walter Lippman (1938) e da Sociedade Mont Pèlerin (1947). Apesar da relevância de autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman, entre

outros como disseminadores das teorias que o fundamentaram, observa-se que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia “sistematizada” e “organizada”, mas algo que se desdobrou para além das previsões e desejos de seus elaboradores, algo que fundamenta uma racionalidade que organiza tanto governantes quanto a conduta de governados (Dardot & Laval, 2016).

Foucault (2008) caracteriza esse sujeito submetido aos princípios da racionalização neoliberal como o *homo economicus*: “aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. [...] É, em todo caso, o parceiro de um governo cuja regra é o *laissez-faire*” (Foucault, 2008:369). Segundo Brown (2019), com a chegada do neoliberalismo há uma reorientação do próprio *homo economicus*: ele deixa de ser um sujeito da troca e satisfação das necessidades como era defendido no liberalismo clássico e passa a ser um sujeito da competição e aprimoramento do capital humano; isto é, fazem de si sua própria empresa, tornam-se empreendedores de si mesmos e assumem inteiramente a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso social (Dardot & Laval, 2016).

Ao analisarmos a reforma do Ensino Médio, nota-se como a noção de protagonismo juvenil junto com a flexibilização curricular coloca o estudante numa posição de escolher a sua trajetória escolar, com isso, o jovem é tratado como uma espécie de *homo economicus* em formação (Quadros & Krawczyk, 2021:22), aquele que precisa calcular suas oportunidades e desde cedo já realizar uma autogerência de sua própria vida.

Diante da desobrigatoriedade das disciplinas tradicionais nos três anos do Ensino Médio, provoca-se uma fragilização na formação geral básica dos estudantes. Além disso, instaura-se uma multiplicidade de arranjos curriculares decorrente dos diferentes itinerários formativos, o que segmenta o processo educativo e potencializa a tendência de individualização dos percursos escolares (Freitas & Bueno, 2018). Essa segmentação do percurso escolar pode intensificar o dualismo das políticas educacionais brasileiras, pois com a restrição do acesso ao conhecimento sistematizado por parte das classes trabalhadoras, limita-se as chances de prosseguimento dos estudos até o nível superior, tendo um destino diferente dos filhos das classes mais abastadas que teriam acesso a um ensino propedêutico, ainda que por meio de aulas de apoio, pois, em tese, a reforma é para todo o sistema de ensino. No entanto, a aquisição de capital cultural pode ocorrer de outras formas, principalmente para os jovens cujas famílias têm renda.

No neoliberalismo, o processo de racionalização mobiliza um conjunto de práticas e discursos que estabelecem uma nova forma de governo dos homens centralizada no princípio da concorrência. Vitti (2020) defende que esse tipo de racionalidade que o neoliberalismo promove se estabelece como um “novo espírito do capitalismo”, algo que busca organizar o funcionamento da economia, da política e dos processos de subjetivação dos indivíduos, constituindo-se em um sujeito neoliberal que possui como princípios reguladores de sua ação social a lógica da concorrência e se enxergar como uma “empresa”. Mas, antes de nos aprofundarmos em como essa racionalização faz parte da função social da escola na atual reforma do Ensino Médio, precisamos traçar um movimento anterior: contextualizar sua história para que possamos distinguir e comparar como se deu as

transformações no campo educacional. Para isso, é importante entender a função social da educação para Durkheim.

A educação e o papel da escola para Durkheim

Vares (2019) nos traz uma contextualização histórica sobre como Durkheim (2008) está discutindo o papel da escola na construção do individualismo moral, ou seja, uma educação republicana e transmissora de valores da sociedade moderna como o Iluminismo e o conhecimento científico. A expansão do capitalismo através da industrialização acarretou um avanço da divisão social do trabalho e autonomização das funções sociais através de um processo de racionalização (Durkheim, 1999). Consequentemente, amplia-se a diferenciação e a integração da sociedade, fazendo com que “o conteúdo das consciências difere de um sujeito para outro. [Com isso,] os membros de um mesmo grupo social não terão mais nada em comum senão sua qualidade de homens e os atributos da pessoa humana em geral” (Durkheim, 2016:55).

Essas transformações fazem com que a sociedade se torne ainda mais “complexa”, havendo a necessidade da construção de uma nova moralidade, já que os valores religiosos antigos não seriam capazes de acompanhar as novidades trazidas pela sociedade moderna. Seria necessário junto com uma nova moral, uma educação que garantiria a sobrevivência da sociedade através do alcance de um certo grau de homogeneidade e coesão (solidariedade) entre os indivíduos. A educação surge como responsável pelo cumprimento de tal tarefa. Para Durkheim, a função social da escola é fazer com que os indivíduos assimilem as normas e valores adequados para o convívio em coletividade, suprindo assim as demandas gerais do organismo social (Durkheim, 2014; Vares, 2019). Nesse sentido, a educação tem como objetivo a transformação do sujeito individual em ser social.

Ao analisarmos a trajetória intelectual de Durkheim, observa-se uma transição de uma discussão calcada na ideia de regulação para uma investigação sobre a noção de integração social, a qual fez com que o autor buscasse elaborar uma teoria da socialização em que a moralidade é elemento fundamental (Oliveira, 2010; Vares, 2019). Em *A educação moral* (2008), observa-se o intuito do sociólogo francês em construir uma teoria da moral, ao mesmo tempo que realiza a sua teoria da educação. Nota-se uma preocupação do autor com o processo de consolidação de uma moral condizente com as condições da sociedade moderna, propondo um projeto teórico e político em defesa de uma educação que forme o cidadão republicano.

Contudo, conforme Vares (2019) argumenta, cabe destacar que a ideia de republicanismo a qual Durkheim se refere, está relacionada ao contexto histórico e geográfico da França do século XVIII e do decorrer do século XIX. Uma nação que em 1851 sofreu o golpe de Estado de Luís Bonaparte III, escapando do “despotismo de uma classe [burguesa] para voltar a cair sob o despotismo de um indivíduo mais precisamente sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade” (Marx, 2011:139-140), e que mesmo com a Terceira República sendo proclamada em 1870, ainda sentia as pressões da antiga aristocracia e burguesia latifundiária sob o novo regime. Um período em que os valores

republicanos estavam ainda frágeis e que seus defensores não eram homogêneos, havendo apenas uma pequena parcela se posicionando em defesa da ampliação dos direitos políticos e na busca da consolidação da democracia liberal. Porém, uma grande maioria dos republicanos, não eram a favor dessa ampliação, pois acreditava que, pelo fato do país ter atravessado um cenário de múltiplas crises políticas, a ideia de todo cidadão poder participar ativamente na política soava como algo perigoso que poderia causar ainda mais instabilidade ao regime (Vares, 2019).

Os temores que cercaram as classes dominantes francesas no tocante a ampliação dos direitos de cidadania para sua população, também se fazem presentes em outras nações. Por isso, quando pensamos na formação do cidadão republicano que Durkheim busca, notar-se-á que na contemporaneidade ela não necessariamente expressa os valores da democracia, tal como esteve presente em alguns países em outros momentos da história.

A educação tem papel fundamental na construção desses valores republicanos. Como vimos, o individualismo moral é a principal base moral para as chamadas “sociedades modernas complexas”, por meio dele que a interação entre os indivíduos pode ocorrer de forma espontânea e segura. A escola junto com os estudantes moralmente incompletos teria o papel de atuar nas instâncias gerais e particulares para que os façã reconhecer o homem como algo sagrado, assim os moralizando na forma como socializam e garantindo a organização da vida social (Durkheim, 2008; Durkheim, 2014).

Outro aspecto importante na educação para a formação do cidadão republicano é a moral ser laica, pois é na sociedade moderna que a racionalidade e a ciência são as formas predominantes de compreender e agir no mundo (Durkheim, 2008; Weber, 2004). Contudo, cabe retomar que para Durkheim, a moral laica não significa necessariamente uma moral sem nenhum princípio religioso, já que na visão do autor, a moralidade e o universo religioso possuem uma relação intrínseca. Uma forma de moral que negue tudo que é religioso corre o risco de ser frágil e imprecisa. É por isso que é preciso construir concepções religiosas que sejam adequadas aos ideais racionais da sociedade moderna. Não se trata de uma ruptura completa com o que está posto, mas uma substituição que é calcada no passado. Inclusive, o individualismo moral se embasa no cristianismo, sendo a fé interior e a “convicção pessoal do indivíduo, a condição essencial da piedade. [O cristianismo] foi o primeiro a ensinar que o valor moral dos atos deve ser medido pela intenção, coisa íntima por excelência [...] [o] centro da vida moral foi assim transportado do exterior para o interior” (Durkheim, 2016:57). Dado isso, o cristianismo se torna elemento fundamental para o desenvolvimento do espírito individualista.

Norteada pela moral de base cristã, cabe à escola liberal, segundo Durkheim (2008; 2014), a atribuição socializadora e moralizadora com vista a transmitir aos indivíduos os sistemas de símbolos fundamentais para a vida em sociedade. Sua pedagogia possibilita que haja de forma gradual a construção de uma consciência coletiva através da cristalização de normas e valores nas consciências individuais. Dessa forma, há uma formação integradora e societária a partir de uma moral que possui ideais da laicidade, republicanismo, racionalidade e pressupostos científicos (Durkheim, 2014; Vares, 2019). Contudo, ao analisarmos as reformas atuais no ensino brasileiro, observa-se que esta função social da

escola e seus respectivos valores estão sendo ameaçados e progressivamente substituídos por princípios economicistas.

O individualismo em disputa: a construção de uma pedagogia neoliberal

Na obra *A evolução pedagógica* (1995), Durkheim busca compreender como se constituiu a pedagogia da França e quais os rumos que ela poderia tomar para garantir uma escola que pudesse formar o cidadão republicano. Nesse sentido, o autor realiza uma análise histórica sobre o ensino secundário da França com o objetivo de entender como se deu o desenvolvimento das correntes pedagógicas desde o fim da Idade Média até a modernidade. Esse estudo histórico tinha o intuito de prevenir os possíveis erros no futuro, mas também de fornecer “os meios de corrigir certos erros que foram cometidos no passado e cujas consequências ainda [sofriam]” (Durkheim, 1995:23). As discussões trazidas pelo autor levam-nos a entender que o desenvolvimento pedagógico reflete as condições sociais e políticas na qual ele se insere, porém não é um movimento linear, mas de conflitos, contradições e substituição de uma pedagogia pela outra. Para acompanhar essas transformações é preciso compreender as raízes da pedagogia, a filosofia que a sustenta, pois as ignorar é perpetuar erros e correr o risco de provocar anomias.

Ao seguirmos essa lógica e acompanharmos a história das ideias pedagógicas no Brasil, vemos muitas semelhanças com o sistema de ensino Francês. A centralidade do ensino derivado da escola católica, como foi no início da educação brasileira, assim como, posteriormente, a ascensão aos princípios do Iluminismo, culto às liberdades individuais, separação da Igreja e Estado, etc. (Saviani, 2007). No entanto, ao olharmos para a educação contemporânea vemos uma transformação da função social da escola ao longo do tempo. Como demonstra Laval (2019) em diálogo com Bernard Charlot, podemos distinguir essa mudança em três períodos históricos:

[...] um período em que a principal função da escola era integrar o indivíduo moral, política e linguisticamente à Nação; um período em que o imperativo industrial nacional ditou as finalidades da instituição; e o período atual, em que a sociedade de mercado determina mais diretamente as transformações da escola (Laval, 2019:32).

Podemos perceber que o primeiro período, abrange basicamente os pressupostos que norteiam a educação em Durkheim (1995; 2008; 2014), sendo ele um dos pioneiros a discutir e buscar compreender a função social da escola republicana.

O segundo período expressa o avanço do modelo industrial e a escola como formação de mão de obra. No Brasil, esse tipo de escola destaca-se nos governos da Ditadura Militar, atingindo seu ápice com as reformas do Ensino Superior (Lei 5.540 de 1968 e Decreto-Lei nº 464) e do 1º e 2º graus (Lei 5.692 de 1971) (Romanelli, 1989). Estas últimas provocaram uma profissionalização do ensino médio e implementação de uma “pedagogia tecnicista”, alterando radicalmente o ensino, tradicionalmente pautado no modelo propedêutico. Dado isso, muda-se a forma de educar: se na pedagogia tradicional o professor era o centro do processo educacional, na pedagogia da Escola Nova é o aluno que se torna protagonista, já

na pedagogia tecnicista nem o professor e nem o aluno, o foco é o sistema, isto é, os requisitos curriculares e avaliativos impostos de forma autoritária pelos governos militares (Saviani, 2007).

O terceiro período que Laval (2019) aponta como nosso atual, há uma maior entrada no mercado no campo educacional, rompendo-se com ideais clássicos da educação. A referência de organização e condução escolar é o mundo da empresa, a pedagogia torna-se “gestão”. A reforma atual do Ensino Médio brasileiro se aproxima desse modelo pedagógico.

Observa-se que a transição e as transformações entre esses três períodos históricos não é um processo linear, pelo contrário, ao analisarmos os princípios básicos que guiam a pedagogia da “escola neoliberal” evidencia-se uma concepção utilitarista da educação. Laval (2019) apresenta que esse movimento se inicia no século XVI, mas ganhou força com Francis Bacon que, no século XVII, definiu o conhecimento como forma de “resolver problemas” e cunhou o termo *Knowledge is power* (saber é poder). Estabeleceu uma visão que tratava o saber como uma espécie de capital acumulado que pode aumentar a capacidade humana de dominar a natureza. Na esteira dessa perspectiva utilitarista, Herbert Spencer critica que o saber escolar está distante da prática e da vida cotidiana, sendo mais voltado à abstração dos conhecimentos. Essa oposição à forma escolástica, proporciona um ataque aos conteúdos pedagógicos da civilização cristã e da cultura clássica do humanismo.

Ao analisarmos a pedagogia que está sendo proposta na reforma atual no ensino brasileiro, fica nítido a aproximação dessa concepção utilitarista de educação. Os critérios de eficiência e produção se tornam princípios centrais para o “desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade” (Brasil, 2018). Quadros e Krawczyk (2021) ao investigarem como a reforma do Ensino Médio se direciona a formar o sujeito neoliberal, citam a pedagogia das competências como evidência de uma noção utilitarista do ensino. De acordo com os autores, o ingresso da noção de competência no ensino brasileiro não surgiu recentemente, sendo presente nas políticas educacionais da década de 1990 que foram orientadas por organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Banco Mundial, entre outros. A articulação entre o empresariado, Estado e estes organismos volta a se repetir com a presente reforma.

No Art. 36 § 1º, a reforma do Ensino Médio estabelece que a oferta e organização dos componentes curriculares deve ser regularizada por matrizes de competências (Brasil, 2017). Conforme ressaltado por Mello e Rodrigues (2022), tal mudança provoca um deslocamento de um direito à promoção cultural do estudante por meio do estudo de um conjunto de saberes científicos para um direito de acesso à um conjunto restrito de conhecimentos escolares necessários às competências comportamentais. Se estabelece uma concepção de educação de cunho instrumental que trata o aprendizado de determinados saberes numa linha de atendimento às necessidades levantadas pela sociedade neoliberal. Há uma formação de caráter adaptativo e imediatista (Crochick, 2021). A educação encarada como capital humano em que o indivíduo deve investir em si mesmo, adquirindo habilidades e competências para atender os interesses do mercado de trabalho, assim como

para lidar com um cenário de desemprego estrutural. Nesse sentido, visa transformar trabalhadores em empreendedores de si, os preparando para uma conjuntura de falta de empregos formais.

A pedagogia das competências possui uma orientação do conhecimento escolar de uso prático e a escola como a responsável pela produção do capital humano da nação. As competências “são definidas como um grupo de conhecimentos, atributos e capacidades que podem ser aprendidas e que possibilitam que os indivíduos realizem uma atividade ou tarefa de forma bem sucedida e consistente” (Quadros & Krawczyk, 2021:10) e que podem ser construídas por meio do processo de ensino-aprendizagem”. Laval (2019) ao analisar as políticas educacionais na França e em diversos países ao redor do mundo, ressalta que há uma visão da pedagogia voltada as ideias de “aprender a aprender” ou a “aprendizagem ao longo da vida”, isto é, uma pedagogia que deve promover a autonomia do indivíduo para que o trabalhador continue aprendendo durante toda sua vida as competências e habilidades exigidas pelo mercado. Em síntese, vemos aqui uma pedagogia que a aquisição de saberes está de acordo com a flexibilização e as mudanças econômicas e tecnológicas do capitalismo moderno. Essa pedagogia neoliberal calcada no “pensamento-gestão” no modelo de empresa, mostra-nos não só um olhar utilitarista sobre o conhecimento, mas também do próprio indivíduo.

Durkheim ao observar a ascensão de ideologias individualistas através da crescente divisão do trabalho, mostra-nos a relevância do indivíduo (Durkheim, 1999). Porém, o autor argumenta que há uma distinção de duas formas de individualismo e mostra a necessidade de diferenciá-las para que se possa superar a crise moderna, algo que era uma preocupação recorrente em sua teoria (Durkheim, 2016). Em seu texto *O Individualismo e os Intelectuais* (2016), Durkheim busca diferenciar o individualismo “egoísta” do individualismo universalista. Em relação a primeira linhagem, o mestre francês elege o utilitarismo de Spencer a sua representação mais bem acabada, a qual é orientada “por um mercantilismo mesquinho que reduz a sociedade a não ser mais do que um vasto aparelho de produção e de troca” (Durkheim, 2016:41). Esta concepção seria um grande equívoco já que não seria possível existir sociedade se não existissem interesses superiores, coletivos, ao invés de apenas os interesses individuais.

Em contraponto ao individualismo egoísta, há o individualismo universalista que se aproxima das teorias de pensadores como Kant e Rousseau, tendo na Declaração dos Direitos do Homem, em certa medida, a sua materialização. Ele também pode ser entendido ao que os comentadores da teoria durkheimiana chamam de individualismo moral (Vares, 2019; Weiss, 2013). Trata-se de uma concepção que ultrapassa a individualidade imediata, não apenas se referindo ao que convém ao indivíduo, mas ao homem em geral. Não se restringe a cálculos utilitários de maximização de interesses próprios, pelo contrário, o individualismo que Durkheim defende alcança um nível de religiosidade em que a pessoa humana se torna sagrada, “é uma religião na qual o homem é, a uma vez, o fiel e o Deus” (Durkheim, 2016:45).

Vares (2020) ao buscar compreender a sociologia política durkheimiana ressalta que o individualismo moral não é simplesmente uma defesa de ideal igualitário ou de uma moral que o centro é a pessoa humana, mas uma dimensão religiosa que acompanha o

desenvolvimento social e o do Estado, sendo o homem objeto cultuado na sociedade moderna e que precisa ser protegido pelo Estado. Além disso, essa nova religião possui como seu principal “dogma” a autonomia da razão, nessa noção de individualismo “o indivíduo longe de aderir passivamente às normas e valores sociais, o faz conscientemente” (Vares, 2019:26). Consequentemente, a educação surge como meio de transmitir esses valores do indivíduo quanto sagrado, isto é, o sistema escolar é a instituição fundamental na edificação de uma nova mentalidade. No contexto histórico que Durkheim se situa, seria o republicanismo o caminho para superar os tradicionais valores cristãos, com isso, possibilitando a construção de novas socializações, com vista a estimular a criança à vida coletiva; e de estabelecer uma sociedade com princípios laicos e da racionalidade.

Ao esmiuçarem as raízes da racionalidade neoliberal, Dardot e Laval (2016) expõem como as teorias de Spencer foram fundamentais para os teóricos neoliberais, trazendo uma concepção de indivíduo guiado a atender seus próprios interesses e a lógica concorrencial como elemento que fomenta o progresso da humanidade. Tais princípios utilitaristas invadem as práticas pedagógicas na escola tencionando-a a formar indivíduos para as coisas “mais necessárias da vida” que, de acordo com Spencer, são as relacionadas às profissões e aos negócios (Laval, 2019).

Ao debruçarmos nossa reflexão sobre a reforma do Ensino Médio atual percebemos que há uma escola mais voltada para a construção do individualismo de caráter egoísta do que o individualismo universalista. A partir de um discurso de “modernização da escola” se modifica o sistema de ensino e ataca o humanismo tradicional. A educação se assume como uma máquina cuja produtividade é orientada pela lógica da competitividade. Forma para uma “cidadania que se distancia da participação ativa na definição de bens e objetivos comuns, e se aproxima da noção do estabelecimento de parcerias e contratos para a produção de bens e serviços locais que satisfaçam os consumidores” (Dardot & Laval, 2016:239). Os indivíduos são ensinados a “cuidar de si mesmos” e não contar com a solidariedade coletiva. Essa concepção de individualismo é tão forte que assume formas no “idioma” da escola neoliberal (Laval, 2019), alguns exemplos são as terminologias como: “Protagonismo”; “Projeto de vida”; “Aprender a aprender”, entre outras; elas consistem em noções que remetem apenas ao indivíduo.

No Art. 35 § 7º da Lei 13.415/2017 e na Resolução nº 3 que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2018), o termo projeto de vida é mobilizado como elemento central na formação dos jovens. Entende-se o projeto de vida como uma “estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante” (Brasil, 2018: 2). Justifica que uma educação calcada na ideia de projeto de vida é uma forma de possibilitar o estudante se conhecer melhor e poder, através de seus interesses pessoais, decidir quais áreas de conhecimento pretende prosseguir nos seus estudos. Esse processo de autoconhecimento permitiria o estudante “orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades” (Brasil, 2018:15). Estimularia os jovens a desenvolverem sua autonomia e cidadania.

Segundo Michetti (2019:311), essa concepção da vida como projeto “gira em torno do ideal de indivíduo da escolha racional, presente tanto em teorias econômicas quanto em

uma espécie de senso comum economicizante". Há um fortalecimento da ideia de *homo economicus* que age de forma constantemente racional de modo a maximizar seus interesses individuais. Essa concepção não é só naturalizada, mas colocada como um dever da educação a ser construído, promovendo uma subjetivação nos termos da ideologia neoliberal (Foucault, 2008). A vida se torna um empreendimento que precisa ser gerida pelo jovem que é seu protagonista/dono e beneficiário da mesma, com isso, precisa ser disciplinizado e maximizar seu desempenho constantemente (Quadros & Krawczyk, 2021).

Essa centralidade no indivíduo não é por acaso, ela faz parte da governamentalidade neoliberal que o sistema atual visa implantar (Dardot & Laval, 2016). A escola é instituição fundamental na manutenção e ampliação dessa racionalidade, pois “o empregador quer que [o empregado], em vez de obedecer cegamente às ordens superiores, seja capaz de discernir e analisar para impor a si mesmo uma conduta eficiente, como se esta última fosse ditada pelas exigências do próprio real” (Laval, 2019:40).

A atual reforma do Ensino Médio, objeto de reflexão deste trabalho, segue um sentido utilitarista em que o esforço para aprender novos saberes é embasada por razões de interesse pessoal (empregabilidade) e eficiência produtiva. Ao olharmos para a teoria durkheimiana tal cenário é completamente o oposto do que ele defendia para a educação. Para o autor, a escola é para preparar para a vida em coletividade, já a escola neoliberal é para formar o sujeito para as demandas do mercado, fazendo com que ele aprenda apenas a depender de si mesmo e veja no outro um possível concorrente. O objetivo da escola para o sociólogo francês é preparar o indivíduo para uma sociedade que apesar de já existir, ela ainda está em construção e a racionalidade é o caminho para aceitação ou contestação da moral social. De forma distinta, a escola neoliberal visa uma formação do sujeito para uma sociedade imutável que já é dada, a única coisa que está ao alcance de ser transformado é o próprio indivíduo, somente ele pode ser controlado e modificado. A sociedade disciplinar se torna sociedade de desempenho, porque não basta apenas o sujeito autocontrolar os seus impulsos instintivos, mas direcioná-los a maximização dos próprios interesses e aumento de sua produtividade e eficiência.

Considerações finais

Constatou-se no presente trabalho que a teoria construída por Durkheim nos propicia reflexões interessantes sobre as reformas atuais da educação brasileira contemporânea. Evidencia-se a pertinência deste autor para acompanharmos o desenvolvimento da pedagogia e as transformações do papel social do sistema educacional ao longo do tempo. Nota-se a permanência daqueles que ele chamava de seus “adversários”, os quais eram inspirados em ideologias radicalmente anti-igualitárias e anti-racionais. O individualismo utilitarista que Durkheim denunciava e acreditava que estava “morrendo tranquilamente de morte natural” (Durkheim, 2016:41), não só ainda se encontra vivo, como vem avançando em seu processo de hegemonia como podemos ver com a implementação da reforma do Ensino Médio no Brasil (Lei nº 13.415/2017).

Conforme expusemos, o neoliberalismo faz com que a sociedade cada vez mais tenha instabilidade nas relações profissionais e sociais. O capitalismo flexível busca a eliminação de toda a rigidez, sendo o papel do sistema educacional preparar os estudantes para se adaptar às mais distintas situações e a um cenário de incerteza crescente. Nesse sentido, propõe uma pedagogia organizada de modo flexível, assim como os itinerários formativos estabelecidos pela reforma escolar brasileira. Há um ensino voltado para a “gestão de cenários de incertezas”, por isso o aluno precisa ter autonomia e deve estar constantemente se preparando para se encaixar na variabilidade e as exigências do mercado (Laval, 2019).

Por fim, ao observarmos a discussão de Durkheim sobre a educação (1995; 2008; 2014) evidencia-se que o sistema educacional possui o intuito de evitar que a sociedade caia em estado de anomia. Entretanto, ao analisarmos a escola neoliberal, nota-se uma gestão da anomia, uma naturalização desse cenário de incerteza. Novamente, o darwinismo social de Spencer se dilui no imaginário social de que na sociedade não há lugar para todo mundo, logo é preciso competir para sobreviver, estando o indivíduo à mercê de si mesmo. Como Laval (2019) destaca, tal cenário não se trata de uma crise passageira, mas parte dessa nova mutação do capitalismo (neoliberalismo), uma desintegração que provoca desigualdades, insegurança social, precarização do trabalho, perda de direitos, aumento da violência, entre outros. A escola guiada pela sociedade de mercado imputa no indivíduo a responsabilização pelo próprio sofrimento e pelas opressões a que se submete diante da “degradação do ambiente social”. Há um deslocamento do sagrado em que não é mais a pessoa humana, mas sim o eu, sendo “o espírito do capitalismo” a moral que o guia, isto é, os princípios do mercado. Se ocorre o que Durkheim temia e se opunha, a profanação do individualismo universal causada pelo cálculo da utilidade, um economicismo “sórdido” que ameaça os ideais do igualitarismo e de uma “sociedade de pessoas”.

Referências

- Brasil. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica (2018). Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, CNE, CEB, 22 nov. 2018. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>
- Brasil. Poder Executivo. (2016). *Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 set. Seção I, pp. 1. [Consult. 02-06-2022]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/mediadaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>
- Brasil. Ministério da Educação. (2021). Portaria Nº 521, de 13 de Julho de 2021. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 jul. 2021. Edição 131, Seção I, pp. 47. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>

- Brasil. Presidência da República. (2017). *Lei no 13.415, de 16 fevereiro de 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Brasília, DF. [Consult. 02-06-2022]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm
- Brown, Wendy. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo, Editora Filosófica Politeia.
- Crochick, José L. (2021). Educação, neoliberalismo e/ou sociedade administrada. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, pp. 1-22. [Consult. 16-06-2024]. Disponível em <https://www.scielo.br/j/er/a/Jbh9vxXVdWdSrG9cSLy6fcg>
- Dardot, Pierre, Laval, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Durkheim, Émile. (2008). *A Educação Moral*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- Durkheim, Émile. (1995). *A evolução pedagógica*. Porto Alegre, Artmed.
- Durkheim, Émile. (1999). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- Durkheim, Émile. (2014). *Educação e Sociologia*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- Durkheim, Émile. (2016). *O Individualismo e os Intelectuais*. São Paulo, EdUSP.
- Foucault, Michel. (2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.
- Freitas, Josí A.; Bueno, Marisa F. da S. (2018). Reforma do ensino médio: uma política neoliberal para o (auto)governo da educação brasileira. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 21, n. 2, pp. 71-83. [Consult. 16-06-2024]. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45350/pdf>
- Laval, Christian. (2019). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Marx, Karl. (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Mello, Míriam M. L.; Rodrigues, Viviane de S. (2022). Ensino Médio no Brasil: reordenamento federal e estadual. *RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 7, n. 12, pp. 01-18. [Consult. 16-06-2024]. Disponível em <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/607/619>
- Oliveira, Márcio de. (2010). O Estado em Durkheim: elementos para um debate sobre sua sociologia política. *Revista Sociologia Política*, v. 18, n. 37, pp. 125-135. [Consult. 12-08-2022]. Disponível em https://web.archive.org/web/20170827115555id_/http://www.redalyc.org/pdf/238/23816092009.pdf
- Oliveira, Ramon. (2020). A reforma do ensino médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 24, pp. 1-20. [Consult. 02-08-2022]. Disponível em <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05/60747588>
- Quadros, Sérgio F. de, Krawczyk, Nora. (2021). Educando pelas métricas do mercado: as propostas do empresariado para a juventude da classe trabalhadora e a reforma do ensino médio. *SciELO Preprints*, pp. 1-30 [Consult. 30-06-2022]. Disponível em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2239/3724>
- Romanelli, Otaíza de O. (1989). *História da educação brasileira (1930/1973)*. Petrópolis, Vozes.
- Saviani, Dermeval. (2007). *História das ideias pedagógicas*. Campinas, Autores Associados.
- Vares, Sidnei F. (2020). Émile Durkheim e o Estado. *Mediações*, v. 25, n. 1, pp. 94-111. [Consult. 24-07-2022]. Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/37975/32374>

- Vares, Sidnei Ferreira de. (2019). Émile Durkheim e a educação moral: a formação do cidadão republicano. *Crítica Educativa*, v. 5, n. 2, pp. 15–32. [Consult. 14-07-2022]. Disponível em <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/370/478>
- Vitti, Gustavo S. (2020). Da jaula de aço à fabricação do homem-empresa: notas de leitura acerca do capitalismo e de seu “espírito”. *Revista E-Metropolis*, v. 11, n. 43, pp. 49-59. [Consult. 05-08-2022]. Disponível em <http://emetropolis.net/artigo/338?name=da-jaula-de-aco-a-fabricacao-do-homem-empresa>
- Weber, Max. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Weiss, Raquel. (2013). O sagrado e a moralidade laica na teoria moral durkheimiana. *Revista Pós-Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, pp. 47-68. [Consult. 28-07-2022]. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1935/2717>

Felipe de Souza Blanco



<https://orcid.org/0000-0002-0872-2804>



<http://lattes.cnpq.br/6742056884581846>

Graduado no Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista FAPERJ. E-mail: fsblanco18@gmail.com